



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638708 - SP (2021/0001785-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LUCAS SOARES E SILVA - MS021528
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO PAULO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : JONATAS RAFAEL BAGATIM PEREIRA
CORRÉU : ANA CAROLINA CAMARGO SORBO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOÃO PAULO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 1500144-60.2019.8.26.0574).

O paciente foi condenado à pena de 6 anos e 3 meses de reclusão em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

A impetrante sustenta que o paciente preenche os requisitos do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06 para redução da pena e, em consequência, deve ter o regime de pena abrandado para o aberto com a substituição da pena privativa por restritiva de direitos.

Requer, em liminar e no mérito, seja concedida a ordem "para o fim de aplicar a causa de redução de pena do art. 33, §4º da Lei nº. 11.343/06 e estabelecer o regime inicial aberto para o cumprimento da pena, bem como a substituição da pena privativa de liberdade, determinando-se a imediata transferência do preso para o regime adequado" (fl. 9).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente